

NOTAS EXPLICATIVAS – EXERCÍCIO - 2º TRIMESTRE 2025

Período: 01/04/2025 – 30/06/2025

Conselho Regional de Economia – 2ª Região (CORECON-SP)

1 – Contexto Operacional

O Conselho Regional de Economia – 2ª Região (Corecon-SP), localizado à Rua Líbero Badaró, 425 – Centro Histórico de São Paulo, criado pelo art. 6º da Lei 1411/51 (com redação dada pela Lei 6021/74).

Dotado de personalidade jurídica e forma federativa, funciona como Autarquia Federal, com autonomia administrativa e financeira, tendo sede e foro regulamentados em seu Regimento interno, aprovada a resolução do Cofecon 02/1951 e 140/1964.

2 – Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração. Foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e sua nova harmonização internacional; com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais anexo à Portaria STN nº 548/15.

No exercício de 2024, o CORECON-SP passou por revisões em seus controles patrimoniais, com vistas à atualização e conformidade com os princípios da contabilidade pública. Dentre as medidas adotadas, destaca-se a realização da reavaliação de bens do ativo imobilizado (Conforme processo disponível no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, e anexos das avaliações realizadas por empresas contratadas) e a atualização da Dívida Ativa,



conforme previsto nas diretrizes estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

3 – Principais Diretrizes Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e segue o Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais da Portaria STN nº 548/15, assim como com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP da Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016.

Os lançamentos contábeis refletem os princípios da competência, prudência e fidedignidade da informação. Os bens reavaliados foram ajustados a valor justo, conforme levantamento técnico realizado. A Dívida Ativa foi atualizada com base em cruzamento de informações sistêmicas e análise prévia.

4 - Variações Patrimoniais Relevantes

4.1 Diminuição do Ativo Imobilizado

Durante o exercício de 2024, foi concluído o processo de reavaliação patrimonial dos bens móveis, resultando na diminuição do Ativo Imobilizado. Esta diminuição reflete a adequação dos valores aos critérios atuais de mercado, após apuração técnica, e contribui para maior transparência na representação do patrimônio da Autarquia.

Impactos:

- O Demonstrativo das Variações Patrimoniais (DVP) registrou tal decréscimo, como variação patrimonial diminutiva.

É de extrema importância destacar que a reavaliação do ativo é um passo importantíssimo, porém não o único para a atualização, tendo em vista que a partir de agora, deve-se registrar, conforme as normas aplicáveis, a depreciação de acordo com cada item.



4.2 Aumento da Dívida Ativa

Foi identificado e registrado aumento significativo na Dívida Ativa, com base na atualização dos débitos inscritos em exercícios anteriores, bem como na inclusão de novos lançamentos oriundos de receitas.

Esse acréscimo decorre, em grande parte, da realização de um levantamento atualizado e sistemático de toda a Dívida Ativa, procedimento que não era realizado desde, pelo menos, o ano de 2019. Tal esforço possibilitou a identificação de valores anteriormente não computados ou desatualizados, impactando diretamente o montante registrado.

Impactos:

- O Balanço Patrimonial apresentou aumento no Ativo Não Circulante;
- O Demonstrativo das Variações Patrimoniais registrou o valor como variação patrimonial aumentativa, em virtude da constituição de direito creditório.

Destaca-se, contudo, que este é apenas o primeiro passo no aprimoramento da gestão da Dívida Ativa. Fase posterior, igualmente relevante, envolve a análise da efetiva recuperabilidade dos créditos registrados. Esse processo demanda uma avaliação criteriosa, individualizada e aprofundada de cada lançamento, considerando a situação jurídica e patrimonial dos devedores. Recomenda-se que essa etapa seja conduzida por meio de auditoria especializada, a fim de qualificar os créditos como cobrados, incobráveis ou prescritos, permitindo uma gestão mais eficiente e fidedigna dos ativos.

5. Observação sobre o Caixa Interno

No momento do encerramento do exercício, constatou-se um saldo temporariamente negativo de R\$ 115,42 (cento e quinze reais e quarenta e dois centavos) na conta de caixa interno. Este saldo não representa ausência de numerário, mas decorre de uma defasagem temporal comum entre a data do saque bancário e sua efetiva disponibilização no extrato da conta, que ocorre sempre no dia útil subsequente ao saque.



Para manter a conciliação bancária e a integridade dos registros, optou-se por refletir a operação no caixa interno no momento do registro do saque, resultando neste pequeno descompasso temporário.

6. Conclusão

As alterações patrimoniais evidenciadas nos demonstrativos contábeis decorreram da reavaliação do ativo imobilizado e da atualização dos créditos inscritos em dívida ativa, impactando diretamente no resultado patrimonial da entidade.

Ressaltamos que o superávit patrimonial reflete tais variações, demonstrando o acréscimo no valor do patrimônio da entidade, contudo, o superávit orçamentário não foi impactado, uma vez que não houve movimentações orçamentárias correspondentes a essas alterações, tendo em vista que os lançamentos se referem a ajustes patrimoniais e não envolvem execução orçamentária direta.

